



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JOSÉ MATEUS DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM HISTÓRICA: A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DO PIBID
HISTÓRIA/UFPE ACERCA DA HISTÓRIA DO BAIRRO DE BOA VIAGEM**

**RECIFE
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JOSÉ MATEUS DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM HISTÓRICA: A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DO PIBID
HISTÓRIA/UFPE ACERCA DA HISTÓRIA DO BAIRRO DE BOA VIAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como parte
dos requisitos necessários para a obtenção do
título de graduado em Licenciatura em História.

Orientador(a): Arnaldo Martin Szlachta Junior

**RECIFE
2023**

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Silva, José Mateus da.

A importância da educação patrimonial no processo de aprendizagem histórica:
a experiência educacional do PIBID História/UFPE acerca da história do bairro
de Boa Viagem / José Mateus da Silva. - Recife, 2023.

39 p : il.

Orientador(a): Arnaldo Martin Szlachta Junior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,
2023.

Inclui referências.

1. Educação Patrimonial. 2. Consciência Histórica. 3. Programa Institucional
de Bolsas de Iniciação à Docência. 4. Boa Viagem. I. Szlachta Junior, Arnaldo
Martin . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

JOSÉ MATEUS DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM HISTÓRICA: A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DO PIBID
HISTÓRIA/UFPE ACERCA DA HISTÓRIA DO BAIRRO DE BOA VIAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como parte
dos requisitos necessários para a obtenção do
título de graduado em Licenciatura em História.

Aprovado em: 30/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Junior (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza (Examinador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Ma. Tayanne Adrian Santana Morais da Silva (Examinadora)

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA: A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DO PIBID HISTÓRIA/UFPE ACERCA DA HISTÓRIA DO BAIRRO DE BOA VIAGEM

José Mateus da Silva¹

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo explorar a importância da Educação Patrimonial para o Ensino de História. Para isso, foi utilizado como referência o nosso trabalho realizado com estudantes do ensino básico durante a vigência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). A temática central abordada ao longo da pesquisa é referente à Praça de Boa Viagem e da sua importância patrimonial. Assim, foi desenvolvido um debate sobre a Educação Patrimonial e a Educação Histórica, para em seguida traçar um panorama histórico referente às mudanças sofridas pelo bairro, ao longo do século XX, finalizando com o trabalho desenvolvido com os estudantes da EREM Santos Dumont. Espera-se que seja identificada a relevância do bairro de Boa Viagem para a realização da Educação Patrimonial, assim como a importância desse método de ensino para o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes do ensino básico. A pesquisa parte do diálogo com os trabalhos de pesquisadores acerca das temáticas mencionadas, além das atividades e dados coletados durante a vigência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) a fim de contribuir com as novas abordagens sobre Educação Patrimonial e Educação Histórica.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Boa Viagem. Consciência Histórica. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT: This article aims to explore the importance of Heritage Education for History Teaching. To achieve this goal, our work with elementary school students during the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID) was used as a reference. The central theme addressed throughout the research pertains to Boa Viagem Square and its heritage significance. Thus, a discussion on Heritage Education and Historical Education was developed, followed by a historical overview of the changes undergone by the neighborhood throughout the 20th century, concluding with the work carried out with students from EREM Santos Dumont. The aim is to identify the relevance of the Boa Viagem neighborhood for conducting Heritage Education, as well as the importance of this teaching method for the development of historical consciousness among elementary school students. The research starts with dialogue with the works of researchers on the mentioned topics, in addition to the activities and data collected during the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID), in order to contribute to new approaches to Heritage Education and Historical Education.

Keywords: Heritage Education. Boa Viagem. Historical Consciousness. Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO	9
1.1. DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A EDUCAÇÃO HISTÓRICA	15
2. PATRIMÔNIO E ESPAÇO URBANO: RECIFE E BOA VIAGEM DOS ANOS 1920: MODERNIDADE, PROGRESSO E INTERVENÇÃO URBANA	19
2.1 INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM BOA VIAGEM FACE AO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO	21
3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PIBID HISTÓRIA UFPE: SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	24
3.1 O PIBID COMO MOTOR PARA TRANSFORMAÇÃO	28
3.2 A IMPORTÂNCIA DO PIBID PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA DOS ESTUDANTES	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a noção de patrimônio passou por um processo de transformação, a partir da construção de uma ideia mais ampla acerca dos bens culturais que devem ser considerados importantes e contemplados pelas políticas brasileiras de preservação patrimonial. Assim, se anteriormente as autoridades políticas e intelectuais davam protagonismo para os monumentos de pedra e cal relacionados à história colonial, a Constituição Federal de 1988 passou a contemplar uma variedade maior de bens culturais. Esse processo possibilitou o reconhecimento da História de diversos grupos que, anteriormente, não eram contemplados pelas políticas patrimoniais, o que garantiu que eles pudessem disputar e reivindicar a atenção pública sobre as suas práticas culturais.

Desde a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Patrimonial está inserida na legislação brasileira como uma metodologia que deve ser realizada no ensino básico. Partir da realidade local para entender temas dos conteúdos referentes à disciplina de História passou a ser fundamental para estimular uma educação que preza pela cidadania e identidade cultural de um povo. Nesse sentido, para que seja atribuído algum sentido para o conhecimento histórico, é necessário que os estudantes compreendam a realidade em que vivem e, a partir dela, desenvolver um aprendizado sobre temáticas mais abrangentes. É nessa compreensão sobre o Ensino de História e Educação Patrimonial que este trabalho se insere.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é fundamental para garantir que debates contemporâneos ocorridos entre os profissionais que geralmente estão nas universidades brasileiras alcancem as salas de aula do país. A demora que muitas discussões levam para alcançar o cotidiano escolar possibilita que a sala de aula da educação básica tenha uma dinâmica que não acompanha o ritmo das pesquisas acadêmicas. No caso específico da Educação Patrimonial, apesar de estar presente na legislação educacional brasileira, ainda há empecilhos que impedem a sua plena concretização nas salas de aula do país, como já é constatado por alguns pesquisadores². Essa lacuna pode ser suprida com os estudantes empenhados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a partir de uma busca por tratar “uma noção de patrimônio integradora”, valorizando a

² SOARES, Flávia Scandar. **Educação Patrimonial no âmbito escolar: Uma análise dos materiais didáticos fornecidos pelo governo para as escolas estaduais de São Paulo em 2014/18.** Trabalho de Conclusão do Curso. Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. 2018.

diversidade cultural, a relação dos sujeitos com os bens patrimoniais e a construção da cidadania de determinados grupos sociais.

Portanto, este trabalho tem como objetivo explorar a importância da Educação Patrimonial para a aprendizagem histórica dos estudantes. Para isso, foi utilizado o nosso trabalho realizado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com os alunos da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, localizada no bairro de Boa Viagem, em Recife - PE. Ao longo da vigência do programa, foram realizadas diferentes discussões e atividades com os estudantes, a fim de fazê-los compreender a importância patrimonial de diferentes espaços existentes no bairro, bem como as dinâmicas sociais e jogos de poder ligados aos bens patrimoniais existentes em Boa Viagem.

Inicialmente, será realizada uma discussão referente ao desenvolvimento das políticas públicas de preservação patrimonial do Brasil. Essa parte do texto é importante para o entendimento acerca de qual noção de patrimônio os docentes que trabalharam no PIBID mobilizaram durante a sua atuação dentro das salas de aula. Somado a isso, essa parte do texto também contribuirá para a compreensão sobre o que é Educação Patrimonial, quais instrumentos devem ser utilizados para o seu desenvolvimento no ensino básico e qual é a sua importância para a formação cidadã dos estudantes.

Adiante, o artigo apresenta outra parte destinada ao entendimento sobre as possíveis relações entre a Educação Patrimonial e a Educação Histórica. Nesse momento, são utilizados autores que fazem parte da virada historiográfica referente à compreensão do Ensino de História como algo que deve ser analisado e desenvolvido conceitualmente pelos próprios historiadores. Porém, o ponto central dessa parte do texto será o entendimento sobre a consciência histórica e como a Educação Patrimonial pode ajudar nesse processo, uma vez que parte da própria realidade local vivenciada pelos sujeitos.

As duas partes que se seguem são referentes à História do Bairro de Boa Viagem, localizado em Recife-PE, ao longo das transformações que ocorreram durante o século XX. Nesse momento, busca-se entender a relevância do estudo sobre o bairro para o desenvolvimento da Educação Patrimonial. Atualmente, Boa Viagem vive um momento marcado pela especulação imobiliária e profundas desigualdades sociais, questões que não devem ser naturalizadas, mas sim entendidas como consequências de um processo histórico. Para isso, foram utilizadas fontes presentes no Diário de Pernambuco e uma discussão com historiadores que escreveram sobre o assunto.

Por fim, seguem-se duas partes. A primeira discute a realização das atividades do PIBID, a fim de fazer com que os leitores do artigo entendam a importância que o programa

possui para a formação dos estudantes que estão no ensino básico nas instituições do país. Desse modo, foram mencionadas a maior parte dos momentos de discussão e de realização de projetos que marcaram a nossa atuação na Escola de Referência do Ensino Médio Santos Dumont. Já a segunda apresenta uma discussão referente a uma pesquisa realizada com os estudantes, a partir do *Google Forms*, na qual eles deveriam responder algumas perguntas que envolvem a noção de patrimônio para que fosse realizado um diagnóstico sobre o que eles entendiam acerca do tema. Ao fim do trabalho, espera-se que seja compreendida a importância da Educação Patrimonial para a formação dos estudantes do ensino básico e como ela é fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica desses sujeitos.

O PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, a criação de um entendimento para o patrimônio começa a ser traçada na década de 1930, quando surgem os primeiros mecanismos legais de preservação e salvaguarda a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936. Porém, antes de adentrar nos preceitos legais, cabe um breve recuo temporal a fim de entender a projeção da Semana de Arte Moderna de 1922 dentro de uma nova percepção para a arte e cultura nacional.

Realizada no centenário da independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922 dividiu opiniões e foi recepcionada de maneiras distintas por parte da opinião pública e pelos artistas nacionais. Em linhas gerais, o movimento modernista propunha o “abrasileiramento” da arte nacional em suas múltiplas linguagens, em um movimento de oposição ao academicismo e a importação de movimentos artísticos. A publicação em 1928 da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* escrita por Mário de Andrade traduz bem alguns dos novos elementos que passaram a ser incorporados na arte e na cultura brasileira. Sua escrita mescla elementos da linguagem popular, ao passo que introduz elementos humanos nacionais, como o indígena e o caipira, expondo questões que marcam a formação da identidade brasileira.

Para além do campo artístico, Mário de Andrade emerge no cenário político. A chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 promoveu a inserção de intelectuais no quadro político, incumbidos de debater a nacionalidade que se pretendia consolidar. O governo buscava se distanciar do contexto político anterior, marcado pela hegemonia dos poderes políticos locais, sobretudo, das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, período conhecido

de forma depreciativa como “República velha”. Portanto, a partir de então o “novo” ganhava proeminência, o que incluía a criação de uma identidade nacional.

Mário de Andrade em seu anteprojeto defendia uma dimensão ampla para o patrimônio, considerando seus aspectos tangíveis e intangíveis, em uma dialética que buscava considerar a complexidade cultural do povo brasileiro. No entanto, as primeiras iniciativas oficiais voltadas para o campo do patrimônio privilegiaram os bens de natureza material. Foi esse o caso do Decreto-Lei nº 25/1937, gênese da política de patrimônio, que institui o ato do tombamento, dando destaque para monumentos edificados ligados ao passado colonial e à tradição luso-brasileira. Desse modo, a amplitude e a riqueza cultural foram ocultadas em prol de uma ilusória identidade brasileira homogênea.

Convém destacar ainda que não houve um aniquilamento das ideias propostas por Mário de Andrade, de modo que suas iniciativas produziram ecos em iniciativas institucionais mais recentes. Trabalhos como o de Márcia Chuva³ analisam sob uma perspectiva mais complexa e problematizadora a versão que preconiza Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação no Brasil, relativizando o título em questão, sem perder de vista suas contribuições para o setor. Assim, a autora lança luz sobre a memória histórica que foi construída em torno desses processos, de modo que, considera a formação de uma linha de continuidade histórica que obscurece a complexidade e os antagonismos presentes naquele âmbito político.

Para ela, a trajetória das políticas públicas acerca da preservação patrimonial no Brasil foi estudada por autores que apresentaram uma narrativa linear, com personagens e eventos muito coesos, desconsiderando as disputas políticas e sociais ocorridas durante todo esse processo. A autora menciona que, apesar de o projeto político e patrimonial de Mário de Andrade ter sido marcado pela defesa da cultura popular e do folclore, o SPHAN considerou como patrimônio os bens culturais pertencentes à história oficial do Brasil, esta notadamente marcada pelas elites econômicas. Essa prática, consequentemente, desconsidera a atuação de outros sujeitos históricos. Desse modo, ocorreu a distinção do que era entendido como patrimônio em relação aos bens culturais do folclore nacional⁴.

O fato é que a década de 1980 permitiu no plano oficial um alargamento deste entendimento, tendo como seu suprassumo o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, que assim define o patrimônio: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza

³ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 34, p. 147- 165, 2012.

⁴ Ibidem, p. 154-155.

material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”, estando incluídas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, assim como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁵.

Nota-se, pois, a adoção de uma postura mais plural, valorativa aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O dispositivo legal estabelece ainda a criação de novos instrumentos de proteção, como o registro e os inventários. Nos anos seguintes, outros mecanismos foram adotados com o intuito de melhor sistematizar o novo entendimento legal. Foi esse o caso do Decreto nº 3.551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), o qual foi transferido após quase três anos para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criou-se ainda a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Ao longo dos últimos anos, o IPHAN passou a reconhecer diversos bens culturais como patrimônio imaterial, graças às transformações da legislação. Se antes as políticas governamentais excluíam determinados bens culturais, deixando a patrimonialização como uma tarefa para uma minoria, agora há diferentes grupos sociais atuando em prol do reconhecimento da sua história, dos seus monumentos e das suas manifestações culturais pelo poder público do país⁶.

Derivando de “pater” e “nomus”, o primeiro significando “antepassados”, enquanto o segundo se trata de “leis, usos e costumes”⁷, patrimônio é comumente pensado como um bem do passado, algo que um indivíduo ou um grupo de pessoas herdaram em determinado momento. Quando é definida dessa forma, a herança patrimonial perde o seu vínculo com o presente, uma vez que parece estar mais relacionada com o passado do que com a atualidade dos indivíduos que vivenciam determinado bem cultural e atribuem significado sobre ele. Por esse motivo, é preciso repensar a noção de patrimônio, incidindo uma luz para os novos significados da herança do passado para grupos do presente, como algo definidor de identidades e lutas sociais. Ao mesmo tempo, é fundamental ampliar o escopo dos bens

⁵ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO 1988. Senado Federal, 2016. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

⁶ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. **Diálogos** (Maringá. Online), Maringá, v. 18, n.2, 2014. p. 639.

⁷ CARNEIRO, Neri P. Memória e Patrimônio. **Webartigos**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288>>, acesso em 09 de ago. de 2023.

culturais e históricos enquadrados como patrimônio, a fim de que seja colocado no centro da discussão o que é considerado relevante e definidor das vivências cotidianas de determinada comunidade e não apenas os monumentos que fazem parte da História das elites.

Tendo isso em vista, “A noção de patrimônio histórico não deve ser entendida como algo estático, uma janela do passado pela qual podemos olhar, ou melhor, evocar através da cultura material ou imaterial que estão ali...”⁸, pois os interesses, vivências e compreensão sobre o mundo de um povo é transformado com o tempo, do mesmo modo o que é relevante, e pode ser considerado um patrimônio, para ele. Por esse motivo, a forma como um povo entendia determinado bem cultural no passado pode ser diferente do que ele representa para uma comunidade do presente. Por isso, é preciso entender como determinado grupo de indivíduos utilizam esse patrimônio histórico, ou seja, o significado daquilo para a sua vivência no meio social. Do mesmo modo, é necessário compreender que o patrimônio cultural é fruto da atuação de políticas públicas que possibilitam ou não o seu tombamento/registro, sendo marcado por uma intencionalidade por parte da comunidade civil ou governamental.

Assim, é possível observar que muitos grupos sociais estão tendo a oportunidade de registrar e documentar as suas memórias, o que não era possível de ser feito antes com uma noção elitista de patrimônio. Isso demonstra como determinados grupos vêm se apropriando das políticas públicas de patrimonialização de bens culturais, da mesma forma que são impactados por elas⁹. Apesar disso, esse ainda é um processo que caminha lentamente. Diversos bens culturais que fazem parte do cotidiano de um povo ainda não passaram pelo processo de tombamento ou registro, algo que precisa ser mudado o quanto antes, tendo em vista que, ao fazer parte dos circuitos de memória, as pessoas efetivamente se sentirão pertencentes à sociedade brasileira¹⁰.

Segundo Márcia Chuva, duas questões se colocam sobre o patrimônio na contemporaneidade. Em resumo, a primeira é que, para que o processo de tombamento seja posto em prática, é preciso ver a importância de determinado bem cultural para os grupos relacionados a ele. Já a segunda é a necessidade de que os indivíduos atingidos no processo de patrimonialização sejam escutados em fóruns de discussão, uma vez que determinado tombamento pode ocorrer sem que os grupos que se relacionam com os bens culturais sejam,

⁸ OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; LUNA, Suely Cristina Albuquerque de. Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História. **História UNICAP**, Recife, v. 2, n. 3, 2015, p. 100.

⁹ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Op. Cit., p. 647.

¹⁰ OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; LUNA, Suely Cristina Albuquerque de. Op. Cit., p. 101.

de fato, favorecidos por ele, como nos casos de gentrificação ocorridos pelo tombamento de uma cidade¹¹. Nesse sentido, o exercício da política patrimonial não deve ter como única função a proteção de bens culturais. É preciso identificar os critérios e justificativas para que o tombamento de determinada herança patrimonial seja realizado, os indivíduos envolvidos nesse processo, os objetivos daquela decisão política e a participação da sociedade. Isso é o que pode ser chamado de “uma noção de patrimônio cultural integradora”¹². Um exemplo de critério que pode e deve ser utilizado para o tombamento de bens culturais, representando a participação social, é a afetividade. Perspectiva trabalhada por Olander, o autor encontra nela o principal indicador social da relevância histórico-cultural de um bem para a sua comunidade¹³, pois, dessa forma, o ato de eleger um bem enquanto um patrimônio deixa de fazer parte da manutenção da memória realizada apenas por uma elite social, como vem sendo discutido no presente trabalho. Através dessa mudança de perspectiva, o valor dado às heranças é deslocado do Estado para diferentes grupos da sociedade¹⁴.

Somado com a discussão desenvolvida pelos autores, também é preciso identificar qual é a função do historiador nessa nova configuração das políticas patrimoniais do Brasil. A historiadora Isabel Cristina Martins Guillen explica que o papel do historiador nas ações de tombamento dos bens patrimoniais não deve ser mais restrito aos arquivos ou comprovando a historicidade de determinado monumento. É necessário que a sua função seja pensar de forma crítica a crescente onda de patrimonialização e qual é a concepção de passado utilizada pelos sujeitos que reivindicam que determinado bem cultural seja reconhecido institucionalmente como patrimônio. Nesse sentido, também está incluída a investigação acerca das concepções de História mobilizadas para a ação patrimonial e o entendimento sobre como a noção de identidade cultural vem sendo reconfigurada nesse processo¹⁵. Ademais, é de extrema importância a atuação dos historiadores no entendimento acerca da cultura popular, especialmente na observação das organizações dos grupos populares e nas suas manifestações culturais que auxiliam na formação de identidades e nas lutas sociais¹⁶. É imprescindível também pensar que se vive, no século XXI, um contexto diferente do período da criação do patrimônio histórico-cultural enquanto um bem público. Criado no século XIX, como forma de se criar uma ideia de pertencimento à nação, hoje esse conceito deve dialogar com

¹¹ CHUVA, Márcia. Op. Cit., p. 163.

¹² Ibidem.

¹³ OLENDER, Marcos. O Afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.35, 2017. p. 324.

¹⁴ Ibidem, p. 329.

¹⁵ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Op. Cit., 640-641.

¹⁶ Ibidem, p. 644.

complexidades ligadas às construções sociais de grupos sociais distintos, não exclusivamente aos dominantes, os quais detinham o poder de definir o que é nacional¹⁷.

A Educação Patrimonial está inserida neste processo de transformação do significado de um bem patrimonial, o que vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX. Na legislação educacional brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),¹⁸ estabelecidos pela Lei 9394/96, indicam que o ensino de História precisa entrar em diálogo com o contexto social dos estudantes, com o objetivo de criar significado e sentido para o conhecimento produzido dentro da sala de aula. Agindo dessa forma, os estudantes poderão se enxergar efetivamente enquanto agentes históricos, pois a partir das aulas de Educação Patrimonial, alinhadas à interação proposta pelo docente, eles conseguirão articular conhecimentos, apropriar-se e valorizar suas vivências¹⁹. Por isso, essas diretrizes demonstram a importância da Educação Patrimonial no ensino básico do país, uma vez que apresentam a importância de serem utilizados temas e objetos do contexto no qual os educandos estão inseridos, abrindo possibilidade para que os bens patrimoniais locais sejam inseridos nos espaços de ensino-aprendizagem. De acordo com Ricardo de Aguiar Pacheco,

O Estudo do Meio e a Educação Patrimonial estão baseados numa visão de educação mais ampla. Entendida como o processo formativo do sujeito, a educação deve se ocupar em desenvolver as habilidades necessárias para que os sujeitos interpretem e deem significado ao mundo que os cerca. Nesse caso, a informação específica não é o foco, mas o apoio para a produção de saberes e fazeres mais complexos. Tais como a produção de identidades e a problematização do mundo social¹⁹.

A Educação Patrimonial utiliza como recurso pedagógico ou fonte para o processo de ensino-aprendizagem determinado bem cultural considerado patrimônio, ocorrendo inicialmente dentro dos museus. Com base na pesquisa de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Ricardo de Aguiar Pacheco define que a Educação Patrimonial é desdobrada em quatro momentos, são eles, respectivamente: a observação do objeto, o registro das informações que ele oferece, a exploração de outras fontes que permitam compreendê-lo melhor e a apropriação dos significados do objeto, sendo esta o resultado do envolvimento afetivo do

¹⁷ SZLACHTA JÚNIOR, Arnaldo Martin; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Possibilidades para a educação patrimonial por meio de games de realidade aumentada. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 18, n. 35, p. 97-119, 2019. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/7799>>. p.100.

¹⁸ TRISTÃO, Isabela N.; SILVA, Adriana Maria Paulo. Análises das experiências de Educação Patrimonial no ensino de história pelos estudantes das escolas EREM Porto Digital e EREM Paulista (Pernambuco/Brasil). **Ridphe_r Revista Iberoamericana Do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 5, p. e019027, 2019.

¹⁹ PACHECO, Ricardo de Aguiar. O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio. **Cadernos do CEOM** – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas, p. 146.

sujeito com ele²⁰. Esse processo é fundamental para que os sujeitos identifiquem a historicidade do espaço onde estão inseridos, a fim de responderem a seguinte pergunta: “quem somos, de onde viemos e para onde vamos?”.

Como foi possível observar, o uso dessa metodologia de ensino possibilita a reconfiguração das práticas de ensino-aprendizagem e pode ser fundamental para a construção da cidadania dos estudantes. A partir do contato com o patrimônio e do envolvimento afetivo com ele, através da mediação dos professores, os indivíduos podem conseguir compreender melhor o contexto em que vivem e, assim, desenvolver uma consciência histórica acerca daquilo que os cerca. O processo em questão possibilita a formação da identidade dos sujeitos e o senso de pertencimento à comunidade da qual fazem parte. Por isso, a Educação Patrimonial pode dialogar com a Educação Histórica, tornando possível uma visão mais complexificada e frutífera referente a um ensino que leve em consideração os bens e expressões culturais do contexto local no qual os estudantes se encontram.

DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A EDUCAÇÃO HISTÓRICA

A historiadora Maria Auxiliadora Schmidt identifica como o processo de consolidação da História como ciência resultou na separação entre os profissionais responsáveis por produzir o conhecimento científico e aqueles que ocupariam os cargos de professores nas instituições de ensino básico. Essa separação formou a hierarquização dos saberes produzidos em cada um desses espaços, sendo o conhecimento produzido nas escolas considerado vulgar, enquanto os detentores do saber estavam localizados nas universidades. Por esse motivo, o campo científico do ensino de História foi destinado às reflexões da pedagogia e não dos historiadores²¹.

Nas últimas décadas, essa problemática começou a ser solucionada com o empenho inicial de historiadores ingleses e alemães. Os pesquisadores que se dedicam ao estudo da Educação Histórica e da Didática da História visam inserir os historiadores nas reflexões sobre o ensino da disciplina, a fim de criar métodos e teorias acerca da sua realização. Assim, eles apresentam diferentes propostas teóricas que nos possibilitam reconfigurar a nossa compreensão acerca do ensino de História. Os professores que atuam nas instituições de ensino básico não deixam de ser pesquisadores da área de História a partir do momento que

²⁰ Ibidem, p. 148.

²¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e aprendizagem histórica. **Revista Nupem**, v. 6, n. 10, 2014, p. 36.

assumem a função de docente nesses espaços. A partir dessa ideia, ocorre a formação da expressão “historiador docente”, pois os professores mobilizam, e devem mobilizar, diferentes saberes e ferramentas no seu manejo na sala de aula.²²

Um dos principais historiadores que contribuíram para as novas abordagens acerca do ensino de História foi Jörn Rüsen, autor responsável por desenvolver pesquisas fundamentais para a compreensão do que ficou conhecido como consciência histórica. Com base nos estudos do historiador alemão, Maria Gago identifica que a forma como os indivíduos se orientam no presente, a partir do que conhecem sobre o passado, em direção ao futuro, é o que define a consciência histórica. Desse modo, a orientação temporal dos sujeitos no mundo é baseada na interlocução entre as diferentes dinâmicas temporais. Através do conhecimento sobre o passado, é possível que os seres humanos consigam se situar e atribuir sentido às suas experiências no tempo presente, o que possibilita que eles consigam projetar expectativas sobre o futuro²³.

De acordo com Isabel Barca, para que a consciência histórica dos indivíduos passe por um aprimoramento crítico, é necessário que o historiador docente trabalhe com a literacia histórica. A autora explica que “A orientação temporal de cada um de nós exige identificações múltiplas, a várias escalas (do local ao global): competências avançadas para saber ‘ler’ o mundo que nos rodeia e também perspectivar de alguma forma o futuro, à luz de experiências humanas no passado”²⁴. Portanto, a literacia histórica é o conjunto de competências que os indivíduos possuem para conseguir interpretar a sua experiência no mundo. O trabalho do historiador docente é auxiliar nesse processo de construção das condições que possibilitam os sujeitos construírem uma interpretação crítica sobre os acontecimentos do passado e, assim, tornar a sua consciência histórica menos prematura e mais potente, sendo algo possível de ocorrer com a construção das metodologias adequadas.

No bojo das discussões acerca da Educação Histórica, surgiram propostas concretas que podem auxiliar o desenvolvimento de uma aula de História dentro dos pressupostos teóricos desenvolvidos pelos historiadores do tema mencionado. A pesquisadora Isabel Barca é a responsável por desenvolver os sustentáculos do que ficou conhecido como aula-oficina,

²² MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. O Historiador-Docente entre as práticas e os saberes das políticas de formação continuada. **II Seminário de História Política: Olhares além das práticas**. PUCRS. Disponível em: <[O historiador-docente entre as práticas e os saberes das Políticas \(furg.br\)](http://www.furg.br/~furgbr/semhpol2015/index.htm)>

²³ GAGO, Maria. Consciência Histórica e narrativa no ensino da História: Lições da História...? Ideias de professores e alunos de Portugal. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9 - 2016, p. 78.

²⁴ BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, 2006. Editora UFPR, p. 95.

uma alternativa para as aulas puramente expositivas.²⁵ Esse tipo de metodologia didática proporciona a união do ensino escolar com as ferramentas utilizadas pelos historiadores na produção dos seus saberes, o que é defendido pelos pesquisadores da Educação Histórica. Nas suas aulas, os professores devem mobilizar o conhecimento prévio dos estudantes, utilizar fontes históricas e possibilitar que os discentes construam narrativas sobre o passado histórico a partir das evidências referentes ao recorte temporal trabalhado. Somado a isso, é necessário trabalhar com diferentes pontos de vista sobre o passado e a reflexão sobre eles. Porém, isso não quer dizer que os estudantes se transformarão em historiadores, mas sim que a obtenção do conhecimento sobre o passado pode se tornar mais aprimorada.

Nesse caso, a aula-oficina pode ser dialogada com a Educação Patrimonial, tendo em vista que, caso seja bem planejada, essa última apresenta considerações que se interseccionam com a primeira. O ambiente fora da sala de aula pode se tornar um espaço repleto de evidências históricas que auxiliam na compreensão sobre o passado, caso o historiador docente possibilite que os alunos o enxerguem dessa forma. Desse modo, a própria cidade pode se tornar um espaço sobre o qual é possível desenvolver questionamentos e mobilizar reflexões sobre a sua existência. Mais adiante, será possível ter acesso a uma pesquisa realizada com os estudantes com os quais tivemos contato durante o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a partir da qual é possível identificar como a cidade é um espaço que possibilita a construção de experiências emocionais e simbólicas. A partir das vivências cotidianas e memórias formadas, a cidade é um espaço formador da identidade de um povo, nesse caso, dos discentes. Caso essa experiência seja bem utilizada pelo professor, será possível o uso dos elementos necessários para que a aula-oficina possa ocorrer. A subjetividade dos estudantes pode dar uma base para que sejam feitos questionamentos sobre o passado histórico e a forma como os seus vestígios se encontram no presente.

Para Maria de Lourdes Parreiras Horta, a Educação Patrimonial é um trabalho educacional que utiliza o patrimônio histórico como fonte primária para que ocorra o processo de “alfabetização cultural” dos envolvidos nesse processo, para que consigam entender o contexto em que vivem.²⁶ Em contraposição a essa ideia, a Educação Histórica nos possibilita entender que os indivíduos vivenciam o meio onde vivem e possuem percepções sobre o mundo, o que auxilia na elaboração de ideias que podem ser levadas para a sala de aula.

²⁵ BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projecto à Avaliação. In _____. **Para uma Educação Histórica com Qualidade:** Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIEd/Universidade do Minho; Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho. 2004.

²⁶ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et all. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília, Museu Imperial / IPHAN / MinC, 1999, p. 10.

Portanto, o papel da Educação Patrimonial não seria “alfabetizar” os estudantes sobre o contexto em que eles vivem, pois a sua experiência no mundo já condiciona esse processo. A Educação Histórica nos possibilita entender que essas ideias dos estudantes, mesmo que possam ser prematuras, contribuem para que noções mais aprimoradas sobre o mundo ao seu redor possam surgir a partir do processo de progressão do conhecimento histórico.

Os pilares da Educação Histórica, ao serem utilizados pela Educação Patrimonial, possibilita que os estudantes consigam identificar e compreender a importância de um patrimônio, assim como, a partir dele, criar um laço de pertencimento e identificação no espaço onde vivem. Do mesmo modo, a partir do processo de entendimento das dinâmicas históricas e do presente de determinada comunidade, é possível que os indivíduos consigam participar das disputas que ocorrem no campo das políticas patrimoniais, no momento em que podem contestar o que é ou não patrimônio para a sua comunidade.

Recentemente, em alguns países, como o Brasil, ocorreram diversos protestos que resultaram na destruição de estátuas, sendo estas utilizadas para a memorização de forma heroicizada de determinados personagens que foram escravocratas no passado. Para Isabel Guillen, “nesse sentido, não é demais ressaltar que a memória coloniza o passado e o organiza sobre as bases e emoções do presente”. Se anteriormente fazia sentido a permanência desse monumento no espaço público, a revolta social que o ato em questão demonstrou indica um novo olhar sobre a História, que escancara a violência da escravidão e a crítica contra a monumentalização dos personagens que contribuíram para o colonialismo, em detrimento de pessoas negras e indígenas. Em relação ao Recife, Mariana Cecília Xavier Leite identificou como a memória da ditadura civil-empresarial-militar é marcada pela narrativa que defende a heroicização desse evento, ao mesmo tempo que há monumentos que buscam se opor ao período. De acordo com a autora,

[...] a construção e o tombamento ou registro de um bem que trata como herói a figura de um ditador ou escravocrata corrobora para uma narrativa onde o comportamento desse grupo é aceito. Nesse sentido, ao retratar militares de forma honrosa, constrói-se uma visão dos mesmos como heróis, não algozes.²⁷

Nesse sentido, a consciência histórica dos indivíduos possibilita que eles possam exercitar a criticidade sobre um patrimônio cultural, podendo negá-lo ou aceitá-lo. Isso será possível com o processo de literacia histórica que a Educação Histórica pode construir. Um

²⁷ LEITE, Mariana Cecília Xavier. **Monumentos da Ditadura:** a construção da memória sobre a Ditadura Civil-Empresarial-Militar (1964-1985) no Recife. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife - 2022. p. 9.

dos caminhos possíveis que o historiador docente pode traçar para atingir esse objetivo é através da Educação Patrimonial, transformando os bens culturais de determinada comunidade como objetos de saber, com a finalidade de tornar os indivíduos pertencentes àquele espaço ou contestando a permanência de um tipo de memória em detrimento de outras.

PATRIMÔNIO E ESPAÇO URBANO: RECIFE E BOA VIAGEM DOS ANOS 1920: MODERNIDADE, PROGRESSO E INTERVENÇÃO URBANA

No plano internacional, a transição do século XIX para o século XX foi marcada por acontecimentos de grande projeção e magnitude, com forte poder de irradiação. Nesse sentido, convém destacar a iminência da Revolução Científico-Tecnológica, entendida como Segunda Revolução Industrial. O início de tal processo localiza-se cronologicamente nas últimas décadas do século XIX e o seu fluxo condensa diferentes inovações e descobertas no campo científico e tecnológico. Para Nicolau Sevcenko²⁸, o evento citado abriu margem para a consolidação da unidade global do sistema capitalista. O mundo, agora mais do que nunca, era globalizado e integrado, segundo a lógica do capital, de modo que não tardou para que as inovações modifcassem as relações humanas e as percepções de tempo e de espaço.

Um dos pontos que buscamos trabalhar, foi como o preâmbulo do sistema republicano no Brasil, assimilou cegamente a ideia da modernidade, imperando a prerrogativa de inserir o país nas novas dinâmicas do mundo. A ideia de progresso encontrou nas cidades brasileiras um *locus* privilegiado, para fazer valer o aparelhamento internacional em planos de higienismo e modernização, como foi o caso da reforma urbana no Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Um projeto marcado pela exclusão e arbitrariedade das ações, que afastaram a população empobrecida do centro, redirecionando-a para ocupações precárias, marginalizadas e insalubres, demonstrando nitidamente a tensão social e a criação de território de disputa agenciados pelo poder público.

Em um movimento similar, o bairro do Recife, na região central da cidade, passou por intervenções na sua dimensão física, alinhando o jogo social ali existente. Assim, o bairro passou por uma grande demolição entre os anos de 1910 e 1915, nessa marcha, bens de grande valor para a história da cidade como a Igreja do Corpo Santo e o Arco da Conceição vieram a baixo. Em paralelo a isso, parte da população foi removida com base nas

²⁸ SEVCENKO, N. Introdução. O pré-lúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

desapropriações firmadas a partir de acordos assimétricos, cujo objetivo era promover uma renovação espacial, tendo em vista que, após as obras, a compra de terrenos no local precisava seguir algumas diretrizes referentes ao modelo de ocupação e construção, reduzindo drasticamente a democratização do espaço.

Nesse debate, uma dimensão importante deve ser destacada, trata-se de afastar a cidade do seu aspecto colonial, identificado nas construções arquitetônicas, símbolos de um momento que não mais existia. A máxima era o ideário republicano, o progresso e a modernidade que irradiavam para vários aspectos da vida pública e privada. O que ficou para trás deveria ser apagado fisicamente e simbolicamente, a cidade precisava incorporar novas fisionomias, com o discurso do “progresso”. No caso da reforma citada, o principal produto foi a construção de largas avenidas, a saber: Avenida Marquês de Olinda, Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e a Avenida do Porto (atual Avenida Alfredo Lisboa); além da remodelação da estrutura portuária, principal centro de movimentação da cidade.

A reforma mencionada ganha destaque quando analisada em função das características da formação urbana do Recife no início dos anos 1920. Nessa época, os bairros centrais - Bairro do Recife, São José, Santo Antônio e Boa Vista, apresentavam uma alta densidade populacional, enquanto os bairros mais distantes eram ocupados de forma dispersa, formando pequenos núcleos espalhados pela cidade, os quais estavam conectados ao centro por avenidas e algumas linhas de bonde. Entre esses espaços urbanos intermediários, existiam áreas alagadas e não ocupadas, havendo nas intermediações da rede urbana, espaços alagados e inocupados. Assim, além de higienizar, era necessário integrar, criando redes de conexões entre o centro e os subúrbios, dando-lhes um uso e uma função social.

Ao discorrer sobre o contexto de valorização das praias em Pernambuco, Rita de Cássia Barbosa elabora uma valiosa análise condensada em seu livro *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*, publicado em 2007. Para a autora, as praias passaram por um processo histórico-social de transformação que agregou novos significados. Não por acaso, esse deslocamento no olhar consagrou-se essencialmente durante o século XX, de modo que, torna-se imperioso investigar suas origens e desdobramentos. A principal força motriz desse movimento refere-se aos avanços dos conhecimentos médicos, que ganham corpo durante o século XIX. Assim, partindo do discurso médico-higienista europeu, que costumava prescrever banhos de água-fria, a prática é incorporada na realidade brasileira.

A constituição das praias desse modo considerada, sua dinâmica e seus ritmos vêm de fora: vêm do saber médico, das transformações urbanas, sociais, econômicas e mentais. Das representações e atitudes para com o

corpo e do tempo deixado livre para o lazer e manifestações da sociabilidade.²⁹

Nesse sentido, pode-se perceber a importância dada às propriedades calmantes e terapêuticas da água, capazes de auxiliar nos processos de cura e regeneração do corpo. Porém, no decorrer do tempo, o espaço praiano é cenário de novas sociabilidades, nas quais os banhos de mar rompem com seu caráter essencialmente terapêuticos e adquirem dimensões recreativas, constituindo as primeiras formas de vilegiatura³⁰, com o aumento do número de veranistas na faixa litorânea, obedecendo dinâmicas e temporadas específicas. No caso de Boa Viagem, objeto central deste trabalho, não obstante o aumento de visitantes temporários, seu povoamento até as primeiras décadas do século XX era diminuto. A área mantinha feições rurais com amplos espaços vazios e terrenos baldios.

INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM BOA VIAGEM FACE AO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO

A cidade do Recife firmou-se como uma cidade comercial, cujo sustentáculo era o porto e as atividades desenvolvidas no seu entorno. Barros lança um olhar atento às questões sociais, ao apontar a proeminência dos mocambos como moradia improvisada e insalubre, geralmente localizados às margens dos rios, sem segurança ambiental e social. Porém, durante a década de 1920 “o esforço administrativo era para encobrir esses aspectos. Não se cuidava bem das causas, mas procurava atenuar os efeitos”³¹.

Nessa direção, a gestão do governador Sérgio Lins de Barros Loreto adquire projeção. Natural de Águas Belas (PE) e diplomado em direito pela Faculdade de Direito do Recife, fez carreira como promotor público, chefe de Polícia e procurador-geral no Espírito Santo, exerceu a advocacia temporariamente no Rio de Janeiro e regressou ao Espírito Santo como juiz federal. Finalmente, em 1905 retornou ao Recife ocupando o mesmo cargo, chegando ao Poder Executivo estadual em 1922. Sua gestão estava alinhada aos ideais nacionais de progresso e modernização e, paralelamente buscava reverter o declínio econômico do estado, cuja estrutura econômica ainda estava alicerçada na atividade

²⁹ARAÚJO, R. C. B. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007, p. 157.

³⁰SANTOS, O. A. Considerações sobre a Produção do Espaço Praiano no Recife: Os Limites e os Desafios do Planejamento Urbano. In: *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, p. 2259-2278, 2019b.

³¹BARROS, S. *A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

açucareira³². Nessa conjuntura, conferiu atenção especial às intervenções urbanas e aos serviços de higiene, os quais eram orientados pelo Departamento de Saúde e Assistência Pública, chefiado pelo médico Amaury de Medeiros.

Um dos empreendimentos mais vultosos foi a abertura da avenida Beira-Mar, a qual demandou ainda obras auxiliares, configurando trechos de ligação. Desse modo, incluía a abertura de uma avenida com aproximadamente 5 km, orlando o mar; a Avenida de Ligação (atual Herculano Bandeira); a reconstrução de uma ponte sobre o rio Pina e, por fim, a Avenida Cabanga (atual Saturnino de Brito).

A construção da avenida foi dada em ritmo intenso, em virtude da intenção de concluir a obra antes do fim do mandato de Sérgio Loreto. Desse modo, teve início em fevereiro de 1924, com a drenagem da área, a partir da escavação do leito do Rio Jordão, causador do alagamento. *A posteriori*, executou-se o trabalho de terraplenagem seguido pelo aterro da Avenida Beira-Mar. O governo recebeu apoio da empresa inglesa *Pernambuco Tramways*, interessada na expansão das linhas de bonde e contou com a colaboração de alguns proprietários que cederam as faixas demandadas para a abertura da avenida³³, possivelmente interessados em uma futura valorização da área.

No trabalho com os estudantes buscou-se evidenciar as raízes históricas para a desigualdade social existente no bairro, articulando passado e presente, com vistas a possibilitar um olhar crítico e sensível para aspectos do bairro. Assim, o projeto a partir da seleção dos seus objetos de estudo, buscou evidenciar a história e estruturação do bairro a partir de bens culturais nele existentes, perpassando da formação aos debates e problemáticas atuais.

Acerca do interesse imobiliário, nota-se o vertiginoso processo de valorização da área, cumprindo um dos objetivos propostos pelo governo. A edição de agosto de 1924 da *Revista de Pernambuco* já apontava o aumento da ânsia de edificar entre os particulares, aproveitando o “aprazível” aspecto da área. De tal forma que à época, já existiam materiais de construção à margem da avenida, os quais seriam destinados à construção de palacetes. Na concepção oficial, a Avenida Beira-Mar era considerada um empreendimento grandioso capaz de atravessar os séculos e inserir a área de Boa Viagem em um novo patamar, integrada à cidade e favorecendo seu uso pelos veranistas e a ocupação permanente por parte da população.

³² MOREIRA, F. D.; SARAIVA, K. Dos subúrbios coloridos aos horizontes molhados: a expansão urbana do Recife nos anos 1920. In: **Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

³³ Ibidem.

Dimensionando os impactos positivos da Avenida e a correlata apreciação das praias, a edição de dezembro, de 1925, da *Revista de Pernambuco*, tece as seguintes considerações:

Está no seu período de maior animação a atual estação balneária, nas lindas praias pernambucanas. As mais importantes: Boa Viagem, Olinda e Pina, principalmente as duas primeiras, *lugares preferidos pela alta sociedade recifense*, regurgitam de veranistas vindos do interior do estado e até de fora, para os banhos salgados.³⁴

Nessa direção, a iniciativa do capital privado em aparelhamento com os trabalhos do governo também é incentivada. A referida edição, estabelece a importância da construção de hotéis modernos, parques e infraestrutura de diversão, consideradas coisas elementares às grandes praias balneárias. Nota-se a partir dos trechos, a constituição de um projeto elitista, cuja ocupação do espaço urbano era guiada pela lógica de diferenciação social entre os grupos. Pois, após munir as áreas com melhoramentos infra estruturais, parte da população foi afastada e marginalizada, faltava-lhes condições econômicas para ocupar os bairros recém reformados.

Convém destacar ainda, que apesar da avenida Beira-Mar ter limitado às condições de quem poderia residir no bairro, tornando a ocupação restrita a uma elite, o acesso à praia “possibilitou que o mar entrasse no cotidiano das pessoas”³⁵, seja pelos banhos, pelos esportes ou pelo imaginário, reconfigurando as feições da paisagem cultural. Iconografias da época (Fig. 02) realçam o novo aspecto do bairro, de modo que, a ocupação rarefeita e temporária expressa-se materialmente na construção de casas de veraneio, palacetes e bangalôs ao longo da orla, abrindo margem para o vertiginoso processo de ocupação e especulação imobiliária.

³⁴ As nossas praias de banhos. *Revista de Pernambuco*, ano I, n. 18, dez, 1925.

³⁵ VIEIRA, D. S. L. Paisagem e modernidade: os olhares sobre o Recife nos anos 1920. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa**: ANPUH, 2003.



Figura 01. Palacetes e chalés na orla de Boa Viagem durante a década de 1920. s.d. Fonte: Jornal do Commercio.

Na imagem, os altos coqueiros dividem espaço com as casas de veraneio, ocupadas por parte da população elitizada, percebe-se desde então o êxito do mar como vetor de valorização e consumo do espaço urbano³⁶. Há ainda um importante elemento da nova modernidade que ocupa um papel de destaque: o automóvel, imponente e lustrado, extremamente presente nas paisagens e nas sociabilidades, como era o caso das tradicionais corridas de automóveis realizadas no bairro e amplamente divulgadas na imprensa local³⁷. O alinhamento dos postes de cimento armado aprofundam o olhar, fazendo perder a vista em meio a sua disposição regular e contínua. A composição transmite o novo.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PIBID HISTÓRIA UFPE: SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

O PIBID é um elemento crucial na formação docente, haja vista que insere os estudantes das licenciaturas no universo escolar possibilitando a compreensão das suas dinâmicas e desafios. A partir desta imersão é possível entrar em contato com diferentes visões formativas, compreender a relação institucional e diferentes percepções no tocante à educação. Nessa direção, um dos pontos centrais que guia as discussões em torno da formação docente, refere-se à difícil articulação entre teoria e prática, ou seja, a forma pela qual os

³⁶ SANTOS, O. A. A., Ibidem, 2019b.

³⁷ Corridas em Boa Viagem. Diário de Pernambuco, 15 de março de 1922.

conhecimentos acadêmicos se vinculam com a realidade da sala de aula. Para além disso, cabe destacar a constante reflexão crítica sobre a prática docente, proporcionada pelo projeto. Paralelamente, permite o contato e a troca com professores experientes e atuantes na área, configurando um processo fundamental para o desenvolvimento de habilidades e percepções, ao passo que contribui para construir a identidade profissional dos docentes em formação.

No momento em que começam a atuar nas escolas, os licenciados passam a preparar e realizar aulas, o que possibilita que eles coloquem em prática o aprendizado que desenvolveram até aquele momento dentro da Universidade. Isso proporciona a construção do que Maurice Tardif denomina de “saberes docentes”, sendo um deles o “saber da experiência”, desenvolvido a partir do cotidiano dentro da sala de aula. É nesse espaço que o graduando poderá ter um contato inicial com um espaço que, anteriormente, estava presente apenas de forma conceitual nas suas leituras³⁸.

Além disso, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) possibilita que os estudantes das instituições públicas de ensino básico do país tenham contato com metodologias de ensino e conhecimentos desenvolvidos no espaço acadêmico. Portanto, é através dele que é possível de se realizar um diálogo entre o ambiente escolar e universitário, o que auxilia na expansão de conhecimentos que, caso o programa não fosse oferecido de forma regular, não seria possível ocorrer.

As nossas atividades do PIBID História foram desenvolvidas entre novembro de 2020 e outubro de 2021, com a temática “A possibilidade de aprendizagem patrimonial no Ensino de História através da Mobile Learning.” Inicialmente, as ações aconteceram no modelo remoto em virtude das limitações e medidas sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Configurando um cenário desafiador para a prática docente, haja vista que a realidade educacional vigente no momento, ligeiramente, transformou a execução do processo de ensino-aprendizagem, impondo novos desafios para docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar. De modo que, o ambiente coletivizado e dinâmico que caracteriza o espaço físico e simbólico da escola, cedeu espaço para o isolamento e individualização das vivências. Ademais, foram realizadas reuniões periódicas com a equipe envolvida no projeto para fins de planejamento, socialização de experiências e compartilhamento de referencial teórico e possibilidades pedagógicas.

³⁸ TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. O saber profissional dos professores: fundamentos e epistemologia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA SOBRE O SABER DOCENTE, 1996, Fortaleza. Anais. Fortaleza: UFCE, 1996.

Para a execução das atividades, cada dupla ficou responsável por trabalhar com base em um patrimônio específico localizado nas proximidades da escola, ou seja, no bairro de Boa Viagem, aproximando a temática do PIBID com a realidade sociocultural e com o cotidiano dos alunos, com isso o objetivo axial era trabalhar a formação histórica e social do bairro, bem como suas dinâmicas do tempo presente com base na Educação Patrimonial. No caso da minha dupla, ficamos responsáveis pela Praça de Boa Viagem, na qual, uma das principais preocupações foi desvelar a articulação entre a dimensão material e imaterial do patrimônio, vista por vezes com faces antagônicas. Assim, para além dos elementos físicos e arquitetônicos, buscamos trazer o caráter simbólico e os sentidos sociais e culturais que atravessam o espaço. Desse modo, a feira que funciona nas intermediações da praça foi colocada em debate, assim como a articulação de tais elementos com o espaço urbano.

Sendo assim, durante os dois primeiros meses de execução do projeto, foram realizados encontros remotos com os estudantes, visando discutir conceitos e noções basilares no tocante ao patrimônio, história, memória e Educação Patrimonial. As ações foram planejadas de modo a seguir um sequenciamento lógico. De início, foram organizados encontros semanais entre os pibidianos e os estudantes, no qual duas duplas discutiram e apresentaram de maneira dialógica um texto introdutório aos estudos patrimoniais, o tema apresentado por minhas colegas e por mim versou sobre o entendimento de Educação Patrimonial e traçou o histórico das políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. Visando sistematizar as discussões e oficializar a ação no calendário escolar foi criada a Semana de Educação Patrimonial, na qual a cada mês eram pensados temas geradores capazes de suscitar reflexões e promover uma visão crítica no tocante ao patrimônio.

Inicialmente, as primeiras ações do projeto foram realizadas de maneira remota, com práticas síncronas e assíncronas. Nessa chave, o ponto de partida foi uma reunião realizada com o coordenador de área e com os professores supervisores das duas escolas participantes (Escola Professor Leal de Barros e Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont), havendo a divisão dos pibidianos por escola. A partir de então, o contato foi sendo afunilado com a professora supervisora Luciana Xavier Viana³⁹, funcionária da escola em que fui alocado.

Dito isso, ao longo do PIBID, foram organizadas as semanas de Educação Patrimonial. A primeira delas aconteceu em abril de 2021 e teve como mote a dimensão

³⁹ Graduada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Atua na Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont desde 2012. Atualmente faz parte do Mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA).

material do patrimônio, o tema escolhido para discussão junto à minha dupla e aos alunos foi o Mercado de São José, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1973. A reflexão expositivo-dialogada traçou um panorama histórico do Mercado, ao passo que lançou luz sobre suas dimensões estéticas e arquitetônicas. Um dos objetivos centrais consistiu em evidenciar o papel dos mercados e feiras populares para a difusão da cultura popular e de mecanismos específicos de sociabilidade que ocorrem em seu seio. Para isso, depoimentos dos comerciantes do Mercado foram apresentados e discutidos, instigando reflexões entre os estudantes. O momento foi importante para introduzir conceitos fundamentais para a construção do conhecimento histórico, a exemplo da distinção entre história e memória, abrindo espaço para uma discussão referente à História Oral.

A Segunda Semana teve como tema norteador os museus. A proposta com a qual trabalhei discutiu as identidades nordestinas e a pluralidade de culturas e sujeitos a partir do acervo do Museu do Homem do Nordeste (MHN - FUNDAJ). Na ocasião, debateu-se sobre o papel dos museus e sua relação com o conhecimento, à medida que com base no acervo foram discutidos temas como: povos indígenas do Nordeste, cultura material africana e economia açucareira.

Adiante, a Terceira Semana versou sobre a dimensão imaterial do patrimônio e teve como tema geral o ciclo junino. O tema discutido foi a Feira de Caruaru, registrada pelo IPHAN em 2006 e a Feira da Praça de Boa Viagem, estabelecendo conexões e distanciamentos entre elas. Houve um envolvimento mais efetivo dos alunos da EREM Santos Dumont, os quais ficaram responsáveis pela produção de vídeos, exibidos no momento da apresentação. Discutiu-se a dimensão histórica e social da Feira de Caruaru, bem como sua importância para a economia da cidade; o artesanato do barro, com ênfase na figura do Mestre Vitalino; a técnica da xilogravura com base na produção de J. Borges, patrimônio vivo do estado de Pernambuco; e o impacto provocado pela pandemia para ambas as feiras.

Por fim, houve a Quarta Semana de Educação Patrimonial, que aconteceu de forma presencial e reuniu as cinco duplas de pibidianos alocadas na EREM Santos Dumont e suas respectivas turmas. Na ocasião, os estudantes apresentaram os resultados das pesquisas realizadas sob apoio e orientação dos pibidianos. Durante o processo, a turma foi dividida em equipes responsáveis por investigar um tema em particular, com destaque para os aspectos históricos, sociais e arquitetônicos da Praça de Boa Viagem, o desenvolvimento urbano e a especulação imobiliária no bairro de Boa Viagem.

Junto a minha dupla, foi produzido um curta documentário, gravado com o depoimento dos feirantes da Praça de Boa Viagem e exibido durante o evento. Este recurso

partiu da ideia de utilizar produção audiovisual como suporte didático, aproximando os estudantes da realidade dos feirantes. Além disso, em agosto de 2021, elaboramos e aplicamos um questionário com o fito de compreender a relação dos alunos com a Praça de Boa Viagem, bem como para mapear os conhecimentos referentes ao processo histórico e social do bairro. O processo didático a partir de então foi organizado com base no formulário, considerando a bagagem trazida pelos estudantes. Como poderá ser analisado nas próximas páginas deste trabalho.

As semanas de Educação Patrimonial foram fundamentais para aprofundar a relação entre pibidianos e estudantes, a partir de diálogos e exposições elaboradas em conjunto e em conexão com a vida cotidiana dos discentes. A estrutura foi bastante pertinente, partindo do contexto amplo para o específico, de tal forma que inicialmente foram apresentados temas fundamentais como patrimônio, materialidade e imaterialidade e museus, para finalmente aprofundar nos objetos de estudo específicos, neste caso a Praça e a Feira de Boa Viagem. O processo de construção de conhecimento foi pautado na autonomia dos estudantes, de tal modo que foram disponibilizados materiais e fontes históricas para subsidiar o processo de pesquisa. Também ficamos sempre à disposição para possíveis dúvidas que eles pudessem vir a ter.

Tendo em vista a finalização do projeto, dado o fim do seu período de vigência, a professora supervisora lançou a proposta de criação de um produto final. Em conjunto com os pibidianos, chegou-se ao acordo de elaborar um *podcast* intitulado “*Lugares de Memória em Boa Viagem*”, no qual os estudantes iriam compartilhar suas experiências e o resultado das pesquisas e atividades realizadas, culminando na socialização das ações realizadas. No mês de setembro de 2021, em função do avanço da vacinação e da consequente flexibilização dos protocolos de biossegurança, algumas ações do projeto voltaram ao modelo presencial ou híbrido.

O PIBID COMO MOTOR PARA TRANSFORMAÇÃO

Durante a realização das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), uma das principais preocupações foi mapear a maneira pela qual o conhecimento estava sendo construído e de qual modo a percepção crítica da realidade e a noção política e problematizadora do patrimônio foi assimilada, com vistas a compreender a bagagem intelectual trazida pelos estudantes e compreender se algum entendimento sobre o patrimônio havia sido modificado em função da atuação dos pibidianos. Nesse viés, uma

análise contínua e a longo prazo foi necessária. Uma das ações consistiu na aplicação de uma pesquisa virtual, através do *Google Forms*, realizada com 19 (dezenove) estudantes do 2º ano do EREM Santos Dumont. A partir dela, foi constatado que 94,7% dos estudantes, quase a totalidade, não haviam tido contato com a temática “Patrimônio Histórico e Cultural” antes das aulas oferecidas pelos licenciandos do PIBID.

Mesmo que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam a importância de dialogar o ensino de História com a realidade local dos estudantes, é observado que o desbravamento do passado local, a partir das aulas dentro da perspectiva da Educação Patrimonial, não é aproveitado. Por esse motivo, foi apenas no momento em que graduandos da área de Licenciatura em História adentraram na sala de aula da instituição de ensino que foi possível a discussão de temas sob a ótica do “Patrimônio Histórico e Cultural”.

Para somar com essa discussão, também foi feita uma pergunta aos estudantes acerca do conhecimento histórico que eles possuem acerca da Praça e da Igreja de Boa Viagem. Todos eles, ou seja, 19 estudantes, comentaram que não possuíam nenhum tipo de conhecimento sobre a História desses espaços. Mais uma vez, é possível notar um distanciamento entre a História local e a sala de aula. Isso demonstra a importância do programa para que discussões atualizadas e contemporâneas acerca do ensino da disciplina alcance o ambiente escolar, tendo em vista a morosidade que as instituições de ensino público apresentam para apreender determinados temas a partir dos livros didáticos e do currículo formal. Do mesmo modo, é observado como esse distanciamento em relação à História local, por meio da Educação Patrimonial, pode ser prejudicial para a construção da identidade dos sujeitos e da sua consciência histórica. Nesse processo, a pergunta “quem somos, de onde viemos e para onde vamos?” fica incompleta, tendo em vista que os estudantes não conhecem o passado histórico local.

Apesar de terem afirmado acerca da falta de conhecimento histórico que possuem sobre a Praça e a Igreja de Boa Viagem, os discentes explicaram o envolvimento afetivo em relação ao primeiro espaço. Em uma pergunta sobre como eles vivenciavam o cotidiano da Praça de Boa Viagem, na qual eles poderiam marcar mais de uma resposta, foi constatado o seguinte: 42,1% dos estudantes (8 pessoas) que responderam a pesquisa explicaram que frequentam o espaço para encontrar os amigos; 63,2% (12 pessoas) informaram que frequentam para realizar atividades de lazer; 47,4% (9 pessoas) marcaram que costumam frequentar a praça para comprar os bens materiais que são vendidos naquele espaço; por fim, 15,8% (3 estudantes) informaram que não costumam visitar. Desse modo, é identificado que a

ausência de conhecimento sobre a importância desses espaços para o passado do bairro não compromete por completo que haja o envolvimento afetivo dos sujeitos em relação a eles.

Partindo para perguntas referentes à noção conceitual referente ao tema, os estudantes foram questionados acerca do que melhor poderia servir para definir o que é patrimônio. Nesta parte da pesquisa, foram colocadas duas respostas: “Herança, monumento, cultura material, homogeneização” e “Complexidade cultural, relações de poder, identidade e memória social coletiva”. A partir das respostas dos estudantes, foi constatado que 47,4% deles marcaram que a noção de patrimônio está relacionada com a segunda definição, enquanto que 52,6% marcaram que está mais próximo das primeiras considerações. Isso demonstra que as aulas fornecidas pelos licenciandos do PIBID garantiram uma maior familiaridade dos estudantes em relação ao tema, apesar da maior parte deles terem marcado que a definição de patrimônio está mais próxima de um entendimento mais conservador. Porém, isso era de se esperar tendo em vista o déficit de formação que eles possuem em relação ao tema, já que a grande maioria afirmou que nunca havia tido contato com a noção de patrimônio.

Na pesquisa, outra pergunta realizada com os estudantes foi a seguinte: “Na sua visão, o patrimônio material e imaterial que compõem a Praça de Boa Viagem pode servir de base para compreender a formação histórica e social do bairro?”. Justamente pelo fato dos estudantes terem participado das aulas referente ao tema, a totalidade deles, 19 estudantes, afirmaram que sim, mesmo que tivessem marcado de forma negativa quando foram indagados se conheciam algum aspecto da História da Praça e Igreja de Boa Viagem. Essa afirmação positiva também dialoga com as respostas feitas a essa pergunta que foi realizada no formulário: “Para você, quais palavras definem melhor a Praça de Boa Viagem e os seus arredores (Feira e Igreja)?”. Em um total de 19 respostas, 8 estudantes mencionaram a palavra “cultura”, mesmo que, em alguns casos, estivesse somado com outras expressões. Além disso, algumas palavras repetidas durante a realização do PIBID apareceram, como: “identidade”, “monumentos”, “turismo” e “história”.

Assim, o aprendizado que os estudantes obtiveram com as aulas do PIBID possibilitaram que parte da sua visão ficasse mais complexa em torno das dinâmicas culturais que perpassam aquele território. No momento em que analisamos as informações obtidas com a pesquisa, é possível identificar um processo de desenvolvimento da consciência histórica, a partir da atribuição de importância e significados sobre espaços frequentados pelos estudantes. É provável que, após as aulas, a sua visão sobre esses lugares tenha mudado, o que

pode ter resultado numa melhor orientação deles sobre como enxergá-los no seu cotidiano, enquanto pode vivenciá-los.

A IMPORTÂNCIA DO PIBID PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA DOS ESTUDANTES

Como atividade de finalização do projeto foi solicitado a elaboração do *podcast* *Lugares de Memória em Boa Viagem* com duração média de 5 a 10 minutos. A atividade foi opcional e contou com a participação de 6 estudantes. Cabe considerar que os *podcasts* são ferramentas em expansão, sendo facilmente acessados a partir de dispositivos móveis e que servem a diferentes objetivos. No campo educacional adquiriram relevo considerável a partir do isolamento social e do ensino mediado por dispositivos digitais. Assim, o *podcast* ganha importância como recurso educacional por ser uma tecnologia apta a propiciar novos modos de realização de atividades educacionais.

De acordo com Ubiratan Rocha, o caráter conservador do ensino de História está presente em algumas escolas até hoje. Segundo o autor, o uso de uma mesma abordagem e de conteúdos pré-selecionados dá continuidade a um sistema que não é mais compatível com a realidade (ou com a produção historiográfica) de hoje, enquanto as inovações tecnológicas são deixadas de lado. Ubiratan defende a necessidade de uma reflexão por parte dos professores sobre sua prática docente, pensando que os frutos da Revolução Tecnológica chegaram à sala de aula, contribuindo para a construção de uma postura ativa do aluno. Assim, a partir do uso bem empregado de tecnologias digitais, o processo de ensino-aprendizagem se torna mais profundo e passa a ter um certo significado para os alunos. Seguindo esse pensamento, a elaboração do *podcast* está de acordo com o pensamento que enxerga o uso de tecnologias dentro da sala de aula, a fim de instigar a participação dos estudantes.

A atividade em questão ajudou a contribuir para a construção de um processo de aprendizagem autônomo e ativo. No caso proposto, favoreceu as práticas de pesquisa e incentivou o trabalho em equipe. Não foram apresentados modelos fixos para a produção, sendo ressaltado a necessidade do engajamento de toda a equipe e do olhar atento em relação às fontes consultadas, a dupla de pibidianos colocou-se à disposição, fornecendo as orientações e o suporte necessário. Para guiar a discussão, foram apresentados alguns temas geradores, a partir dos quais a pesquisa seria aprofundada.

O primeiro tema buscou analisar o processo histórico de construção e surgimento da praça, abordando sua importância enquanto núcleo central do povoamento do bairro. Já o

segundo visou identificar o desenvolvimento do bairro ao longos dos séculos XVIII, com o surgimento da Igreja, e principalmente, durante o século XX, recorte temporal em que o bairro de Boa Viagem sofreu diversas transformações; O terceiro tema, analisou a formação histórica e socioespacial do bairro de Boa Viagem e o processo de segregação que sofreu ao longo do seu crescimento, tornando-o um bairro marcado pela desigualdade social dos seus moradores; o quarto versou sobre a requalificação da Praça, com foco nas retóricas discursivas e na existência ou não de diálogo entre o poder público e os comerciantes. Por fim, buscou-se discutir a percepção e as experiências dos estudantes a partir do contato com as atividades do PIBID História.

Nessa chave, a estrutura do *podcast* foi pensada de modo que os estudantes conseguissem revisar os pontos centrais trabalhados durante todo o projeto, desenvolvendo um processo autônomo e um exame crítico. Ubiratan Rocha chama atenção para o papel do professor na construção do conhecimento:

O imaginário do aluno, por outro lado, não é suficientemente explorado para que se possa a partir dele estabelecer eixos conceituais que possibilitem trocas dialéticas entre o aluno, sujeito do conhecimento, e o objeto a ser conhecido, e entre as suas distintas instâncias do pensamento⁴⁰.

Ao trabalhar o senso crítico dentro da sala de aula, se está trabalhando também um novo projeto de sociedade mais consciente e menos excludente, tendo em vista as novas compreensões da História. Portanto, a atividade compreendeu o aluno como parte do processo de ensino-aprendizagem e desbravou as condições necessárias para a formação cidadã.

Foram produzidos um total de 6 episódios para o podcast. O primeiro episódio funciona como um piloto, no qual os pibidianos, juntamente com a professora supervisora, compartilham a experiência e os desafios enfrentados no projeto, reiterando sua relevância para a formação de professores e o aprimoramento da educação básica. Os outros episódios abordam os 5 objetos de estudo localizados no bairro: o Edifício Acaiaca, a Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumond, o Edifício Holiday, a Praça de Boa Viagem e o Parque e Centro Esportivo Santos Dumond. Após a elaboração, os arquivos em áudio foram socializados no Spotify.

A partir da realização do *podcast* referente à Praça de Boa Viagem, patrimônio pelo qual ficamos responsáveis, foi possível identificar a forma como os estudantes desenvolveram a aprendizagem histórica, ou seja, a atribuição de sentido sobre o patrimônio e,

⁴⁰ ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia M. Leite (Org). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 62.

consequentemente, a sua importância no tempo passado e presente. Com base na pesquisa sobre esse espaço, os estudantes conseguiram se debruçar sobre fontes e textos acerca do tema. No final do episódio 2, um dos estudantes explica a importância que o PIBID teve para a sua formação:

O trabalho do Pibid foi muito bom. Abordou assuntos de formas práticas e rápidas. Trouxe assuntos que não tínhamos contato no cotidiano e nos ensinou muito, porque, apesar de fazermos parte do bairro de Boa Viagem, muitos não tinham contato com os bens patrimoniais. Nunca tínhamos parado para refletir sobre a formação, as origens e aprendemos mais detalhadamente sobre muitos patrimônios históricos. [...] E para fortalecer nosso conhecimento foram propostas atividades para pesquisarmos e irmos mais a fundo sobre determinados assuntos.⁴¹

Do mesmo modo que foi observado na pesquisa realizada com os estudantes através do formulário, pode-se notar que, até a atuação dos licenciandos do PIBID, a Educação Patrimonial não era realizada dentro da sala de aula. Foi preciso que a relação entre os universitários e a escola ocorresse para que determinados temas referentes à história local e aos bens culturais daquele território fossem investigados pelos estudantes. Além disso, com base no relato acima e da atuação dos estudantes, é possível identificar como as aulas foram realizadas de forma que fugiam de propostas tradicionais, a fim de desenvolver outros métodos de ensino mais próximos da aula-oficina. Esse processo foi fundamental para mobilizar a construção da aprendizagem e consciência histórica dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi explorado ao longo deste trabalho, foi possível notar a importância da Educação Patrimonial para a formação de estudantes da educação básica. Infelizmente, como foi possível notar com base na pesquisa realizada com os discentes da EREM Santos Dumont, a inclusão do estudo sobre o patrimônio histórico e cultural não vêm ocorrendo de forma homogênea em todas as escolas. Apesar de haver o reconhecimento institucional e científico sobre a importância da Educação Patrimonial, ainda há uma barreira que impede que esse aprendizado seja construído com os estudantes das escolas brasileiras. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um dos meios que possibilitam a introdução dessas discussões nas salas de aula do país.

⁴¹ EPISÓDIO 2: Lugares de Memória em Boa Viagem. Recife: Lugares de Memória em Boa Viagem, 25 jul. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6EZ4lTBmyPZ6Z9p7SnwzIL?si=12e40291d8de465c>.

Outro aspecto importante que foi possível notar ao longo do texto foi a importância do Bairro de Boa Viagem, localizado no Recife - PE, para o desenvolvimento da Educação Patrimonial. Ao longo do século XX, o espaço passou por uma série de mudanças que impactam até a atualidade no seu cotidiano. Necessariamente, por residirem dentro ou nas proximidades do bairro, os estudantes também são impactados pelas dinâmicas que ocorrem dentro dele. Para a construção da cidadania e formação identitária, é necessário uma compreensão sobre o espaço onde se vive, o que é possível de ser compreendido com as aulas realizadas pelos docentes que integraram o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).

Por fim, espera-se que o trabalho tenha cumprido o objetivo de mostrar como a Educação Patrimonial pode ser fundamental para a construção da consciência histórica dos estudantes. A partir do uso do espaço público ou de fontes que remetem ao patrimônio, é possível desenvolver métodos de ensino que dialoguem com a Educação Histórica, rompendo com um tipo de aprendizado centralizado na figura do docente e passando a ter como foco também a atuação ativa dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. C. B. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

_____. A vida ao ar livre: os banhos de rio, de mar e de sol. In: **CLIO -Revista de Pesquisa Histórica**, v. 24, v. 2. Recife: UFPE, 2006.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projecto à Avaliação. In _____. **Para uma Educação Histórica com Qualidade:** Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIEd/Universidade do Minho; Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho. 2004.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, 2006. Editora UFPR.

BARROS, S. **A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

CARNEIRO, Neri P. Memória e Patrimônio. **Webartigos.** Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288>>, acesso em 09 de ago. de 2023.

CASTRO, J. **Homens e caranguejos.** São Paulo: Brasiliense, 1967.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 34, p. 147- 165, 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO 1988. Senado Federal, 2016. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

COSTA, Antonio Carlos Figueiredo. Jörn Rüsen na sala de aula: sentido do passado, interpretação do presente, conformação do futuro. In: André Bueno; Everton Crema; Nilson Javier Martín. (Org.). **Ensino e Aprendizagem Histórica.** 1ed.Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UNESPAR, 2020, v. 1, p. 1-802.

CRUZ, A. S.. O ensino de História e o PIBID: uma reflexão a partir da Universidade Federal de Sergipe. In: André Bueno; Everton Crema; Nilson Javier Martin. (Org.). **Ensino e Aprendizagem Histórica**. 1ed.Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UNESPAR,, 2020, v. 1, p. 93-98.

FREYRE, G. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.

GAGO, Maria. Consciência Histórica e narrativa no ensino da História: Lições da História...? Ideias de professores e alunos de Portugal. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9 - 2016.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. **Diálogos** (Maringá. Online), Maringá, v. 18, n.2, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et all. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, Museu Imperial / IPHAN / MinC, 1999.

JORNAL DO COMMERCIO. **Boa Viagem: de área rural ao bairro mais verticalizado do Recife**. (edição online), 8 de abril de 2018. Disponível em: <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/recifeemtransformacao/boa-viagem-de-area-rural-ao-bairro-mais-verticalizado-do-recife/>. Acesso em: 07 de dez. 2021.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **O processo de ocupação e crescimento do espaço urbano do Recife**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 118, 2004.

LEITE, Mariana Cecília Xavier. **Monumentos da Ditadura: a construção da memória sobre a Ditadura Civil-Empresarial-Militar (1964-1985) no Recife**. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife - 2022.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. O Historiador-Docente entre as práticas e os saberes das políticas de formação continuada. **II Seminário de História Política: Olhares além das práticas**. PUCRS. Disponível em: <[O historiador-docente entre as práticas e os saberes das Polític \(furg.br\)](http://www.pucrs.br/~histpol/II_Seminario_de_Historia_Politica/olhares_alembas_praticas.htm)>.

MELLO, Juçara da Silva de. VIANA, Iamara da Silva. **Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos**. ENCONTROS, 11 ed., n. 20. Rio de Janeiro, 2013.

MOREIRA, F. D; SARAIVA, K. Dos subúrbios coloridos aos horizontes molhados: a expansão urbana do Recife nos anos 1920. In: **Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

NASCIMENTO, B. N. Do bairro à cidade: reformas urbanas no Recife entre 1922 e 1926. In: **Revista Porto**, volume 3, número. Natal, 2016.

OLENDER, Marcos. O Afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.35, 2017.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; LUNA, Suely Cristina Albuquerque de. Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História. **História UNICAP**, Recife, v. 2, n. 3, 2015.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio. **Cadernos do CEOM** – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas.

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia M. Leite (Org). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, E. A.. Ensino de História e Educação para o Patrimonial: educação voltada para a promoção da cidadania através do resgate e valorização dos lugares de memória. In: Bueno, André; Crema, Everton; Martín, Nilson Javier (org.). (Org.). **Ensino e Aprendizagem Histórica**. 1ed.Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UNESPAR, 2020, v. 1, p. 277-284.

SANTOS, O. A. A. Considerações sobre a Produção do Espaço Praiano no Recife: Os Limites e os Desafios do Planejamento Urbano. In: **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, p. 2259-2278, 2019b.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e aprendizagem histórica. **Revista Nupem**, v. 6, n. 10, 2014.

SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES, Flávia Scandar. **Educação Patrimonial no âmbito escolar: Uma análise dos materiais didáticos fornecidos pelo governo para as escolas estaduais de São Paulo em 2014/18**. Trabalho de Conclusão do Curso. Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. 2018.

SOUZA, Giane Maria de. A cidade sob um olhar. Educação Patrimonial e Ensino Superior: experiências para o debate. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares**. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 06. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017. p. 12-27.

SZLACHTA JÚNIOR, Arnaldo Martin; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Possibilidades para a educação patrimonial por meio de games de realidade aumentada. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 18, n. 35, p. 97-119, 2019. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/7799>>.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. O saber profissional dos professores: fundamentos e epistemologia. In: **SEMINÁRIO DE PESQUISA SOBRE O SABER DOCENTE**, 1996, Fortaleza. Anais. Fortaleza: UFCE, 1996.

TRISTÃO, Isabela N.; SILVA, Adriana Maria Paulo. Análises das experiências de Educação Patrimonial no ensino de história pelos estudantes das escolas EREM Porto Digital e EREM Paulista (Pernambuco/Brasil). **Ridphe_r Revista Iberoamericana Do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 5, p. e019027, 2019.

VIEIRA, D. S. L. Paisagem e modernidade: os olhares sobre o Recife nos anos 1920. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: ANPUH, 2003.

PERIÓDICOS (HEMEROTECA DIGITAL)

- Diário de Pernambuco, 15 de março de 1922.
Diário de Pernambuco, 02 de Outubro de 1924.
Revista de Pernambuco, ano I, n.2, ago, 1924.
Revista de Pernambuco, ano I, n.3, set, 1924.
Revista de Pernambuco,ano I, n. 18, dez, 1925.